- d) Comissão Nacional da UNESCO;
- e) Instituto Português de Santo António;
- f) Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas;
- g) Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça;
- h) Fundo para as Relações Internacionais, I. P.

7 — Mantenho ainda, relativamente a todos os serviços, estruturas, organismos e entidades do Ministério, mesmo nos delegados nos Secretários de Estado que me coadjuvaram, a competência para a prática dos seguintes atos de gestão orçamental:

- a) Reafetação, entre organismos, de receitas próprias cobradas no ano;
- b) Utilização dos saldos de gerência;
- c) Aumento de despesa por receita cobrada no ano.

8 — Atendendo ao teor e ao alcance do presente despacho, todas as decisões tomadas ou a tomar pelos Secretários de Estado presumem-se no âmbito das delegações de competências ora conferidas.

9 — Nas minhas ausências ou impedimentos, a minha substituição pelos Secretários de Estado deve respeitar a ordem de precedência estabelecida na Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro.

10 — Ratifico todos os atos praticados, pela Secretária de Estado dos Assuntos Europeus e pelo Secretário de Estado da Internacionalização, no âmbito das delegações constantes do presente despacho, desde 14 de julho de 2017 até à respetiva publicação.

11 — É revogado o meu Despacho n.º 1478/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 1 de fevereiro.

12 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

23 de agosto de 2017. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Augusto Ernesto Santos Silva.

310782472

Despacho n.º 8135/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnico especialista do meu Gabinete o licenciado Bruno Marcelo Regalado Julião para realizar trabalhos técnicos específicos em matéria de relações internacionais, assuntos multilaterais e coordenação interministerial.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório do designado é o dos adjuntos.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 14 de julho de 2017.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

23 de agosto de 2017. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Augusto Ernesto Santos Silva.

ANEXO

Nota curricular

Em 2005 concluiu uma Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, Variante de Estudos Portugueses e Ingleses (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), tendo, em 2006, concluído o Ramo de Formação Educacional desta Licenciatura.

Em 2007 concluiu uma Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Relações Internacionais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

Em 2015 concluiu um MBA em Gestão e Administração de Empresas (Faculdade de Ciências da Economia e de Empresa, Universidade Lusíada do Porto).

Em 2009, foi Chefe de Gabinete e Adjunto do Governador Civil de Aveiro.

Entre 2011 e 2014 foi Assistente Parlamentar Acreditado, no Parlamento Europeu.

Entre 2016 e 2017 foi Adjunto da Secretária de Estados dos Assuntos Europeus, no XXI Governo Constitucional.

Entre 2005 e 2011, nos períodos em que não desempenhou as funções acima nomeadas, deu aulas e formação para várias entidades.

310738092

Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 8136/2017

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2012,

de 20 de janeiro, delego na chefe do meu Gabinete, licenciada Sara Isabel Câmara de Carvalho Marques, os poderes para, nos termos da legislação em vigor, praticar os seguintes atos, no âmbito do meu Gabinete:

a) Autorizar atos relativos à gestão do pessoal do Gabinete ou a este afeto;

b) Autorizar a prática de atos de gestão corrente e atos de administração ordinária, incluindo os relativos a matérias respeitantes a grupos de trabalho, comissões, serviços ou programas especiais, bem como a decisão sobre requerimentos e outros documentos;

c) Autorizar a inscrição e a participação do pessoal do Gabinete ou a este afeto, em estágios, congressos, seminários, colóquios, reuniões, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional ou no estrangeiro, incluindo o processamento dos correspondentes encargos;

d) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que o pessoal do Gabinete ou a este afeto tenha direito;

e) Autorizar a realização de despesas com refeições do pessoal do Gabinete ou a este afeto;

f) Aprovar o mapa de férias, dar anuência à acumulação das mesmas por conveniência de serviço e justificar e injustificar faltas, bem como autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença;

g) Autorizar atos relativos à gestão do orçamento do Gabinete, incluindo a autorização de alterações das rubricas orçamentais que se revelem necessárias à sua execução e que não careçam de autorização do Ministro das Finanças, bem como a antecipação de duodécimos;

h) Autorizar a constituição, a reconstituição e a manutenção do fundo de maneio, bem como a realização de despesas por conta do mesmo;

i) Autorizar a requisição de passaportes de serviço oficial a favor de individualidades por mim designadas para se deslocarem ao estrangeiro e cuja despesa constitua encargo do Gabinete;

j) Autorizar a realização de despesas de representação no âmbito do Gabinete;

k) Autorizar as deslocações em serviço dos membros do Gabinete no território nacional ou no estrangeiro, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento das correspondentes despesas com a deslocação e estada e o abono das correspondentes ajudas de custo;

l) Autorizar a requisição de transportes, a utilização de viatura própria por membros do Gabinete, por pessoal a este afeto ou por individualidades que tenham de se deslocar em serviço do Gabinete;

m) Autorizar a aplicação do regime legal de ajudas de custo e de despesas de transporte a pessoas que não exerçam funções públicas e que tenham de se deslocar em serviço do Gabinete;

n) Autorizar o pessoal do Gabinete ou a este afeto a conduzir viaturas do Estado e a utilizar carro de aluguer, quando indispensável e o interesse do serviço o exigir;

o) Autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços, até ao limite legalmente estabelecido para os titulares de cargos de direção superior de 1.º grau;

p) Autorizar, em casos excecionais de representação nas deslocações em serviço ao estrangeiro e no território nacional, a satisfação dos encargos com o alojamento e a alimentação contra documentos comprovativos das despesas efetuadas;

q) Autorizar o processamento de despesas cujas faturas, por motivo justificado, deem entrada nos serviços além do prazo regulamentar.

2 — A chefe do Gabinete é substituída nas suas ausências e impedimentos pelo Adjunto Eurico Daniel Lagoa de Matos.

3 — O presente despacho produz efeitos a 14 de julho de 2017, ficando ratificados todos os atos praticados pela chefe do meu Gabinete no âmbito das competências agora delegadas, entre essa data e a data de publicação do presente despacho.

7 de agosto de 2017. — A Secretária de Estado dos Assuntos Europeus,
Ana Paula Baptista Grade Zacarias.

310778041

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 8137/2017

1 — Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, 11 de setembro de 2017, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 4.º e nos artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 91/2011, de 26 de julho, 118/2012, de 15 de junho, e 116/2015, de 23 de junho, foi designada Patrícia Alexandra dos Santos Antunes para, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, desempenhar o cargo de conselheira técnica na Delegação Permanente de Portugal junto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em Paris.